

Supremo Tribunal Federal

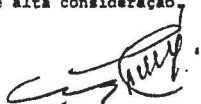
Of. GP nº 20/92

Brasília, 26 de março de 1992.

Senhor Presidente.

Em aditamento à mensagem nº 17/92, que encaminhou Projeto de Lei de fixação de vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, solicito a Vossa Excelência se digne introduzir alteração ao art. 3º, conforme consta do anexo.

Valho-me da oportunidade para reafirmar Vossa Excelência protestos de alta consideração.



Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente do
Supremo Tribunal Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
BRASILIA - DF

RECEBERO COMO ALTERAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL



Em 26.3.92
Presidência

Supremo Tribunal Federal



Proposta de alteração do Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 17, de 17.03.1992, dispondo sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 1º. -Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

.....

Art. 3º. Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal e aos beneficiários dos falecidos as disposições constantes desta Lei."

J U S T I F I C A T I V A

A redação original do art. 3º do Projeto de Lei omitiu, por inadvertência, a extensão do reajuste aos beneficiários dos ministros falecidos (parágrafo 2º do art. 201 da Constituição Federal e artigos 185, parágrafo 1º, e 224 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990).

O SR. PRESIDENTE (Jairo Azi) — Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, não há como deixar de comentar, na sessão de hoje, o pronunciamento do Presidente da República em cadeia nacional de rádio e televisão, no domingo à noite. Aliás, Sr. Presidente, o pronunciamento foi uma revelação. As palavras, os gestos e a fisionomia do Presidente demonstram o descontrole, a falta de respostas e o despreparo de S. Ex^a diante da grave crise que atravessa o País e, principalmente, o seu Governo. Além de não prestar esclarecimentos sobre as denúncias que a CPI investigou, S. Ex^a fez ao Congresso Nacional acusações inaceitáveis, típicas de uma pessoa que está por fora do que acontece no País, no Congresso Nacional e certamente no seu Ministério. O Presidente da República falou por si próprio. S. Ex^a não tem mais condições psíquicas, políticas e morais para continuar governando o País. Sua permanência no Governo é sinônimo de crise; sua continuidade representa um agravamento da crise econômica e social.

Após o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, falamos várias vezes que era como se estivéssemos em um jogo de dois tempos. O primeiro tempo foi a apresentação da gravidade dos delitos, da crise e da decadência moral do Governo Collor. O segundo tempo é a cirurgia democrática que tem de ser feita com base na Constituição, seja através da prisão, da incriminação e do seqüestro dos bens dos envolvidos diretamente no caso, sob o comando do Sr. PC Farias, seja através do processo de julgamento político dos crimes do Presidente da República pelo Congresso Nacional, a começar pela Câmara dos Deputados.

Hoje, oficializa-se a denúncia contra o Presidente da República. O Presidente Ibsen Pinheiro, ao recebê-la, certamente dará curso a ela, tanto no que diz respeito ao conhecimento da matéria como à sua admissibilidade, e depois à própria autorização, dentro de procedimentos transparentes e democráticos.

O Presidente da República, quando falou em cadeia de televisão, afirmou que estávamos querendo votar o impeachment em dez dias. Talvez S. Ex^a esteja desinformado. Não sabe o que dispõem o Regimento Interno e a Lei nº 1.079 a respeito do assunto e que, inclusive, há setores do Governo e Líderes partidários que o apóiam manifestando-se favoráveis à tramitação do processo de impeachment com a maior brevidade possível.

Sr. Presidente, o fato que será hoje registrado na Câmara dos Deputados, com a entrega da denúncia por duas personalidades que representam a sociedade civil, é indicativo de que, nesta luta, não há liderança de qualquer partido nem a cor ideológica de agremiação alguma.

A sociedade tem de optar entre os que querem acabar com a impunidade e os que querem que ela continue prosperando debaixo dos conchavos, das negociações que levaram o País a esta decadência ética e moral. Aqueles que querem fazer a cirurgia, independentemente de partido, têm de se juntar aqui dentro e nas ruas, para que a sociedade brasileira,

que espera uma solução democrática e constitucional para esta crise, não venha a frustrar-se. Se a esperança desta juventude, que brotou das ruas, for sacrificada por algum jeitinho para manter este Governo, estaremos sacrificando uma geração, estaremos sacrificando uma possibilidade histórica neste País.

Sr. Presidente, é da maior importância que a Casa decida de maneira democrática e soberana sobre essa questão. Não adianta o Presidente da República, usando o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Orçamento, querer escudar-se no voto secreto para garantir o seu mandato. A pior coisa que pode acontecer ao País é a maioria desta Casa votar favoravelmente ao **impeachment** e uma minoria, escudada no voto secreto, manter o mandato do Presidente da República. A resultante será o desgoverno, será o caos, será a desesperança, será a morte das instituições democráticas. Não queremos que isso ocorra, ao contrário, queremos encontrar uma solução para a crise, fortalecendo as instituições democráticas.

Fazemos um alerta à Casa para que evitemos este risco de uma minoria, escondida no voto secreto, impedir a votação transparente e democrática. O cidadão tem direito ao voto secreto, mas aquele que representa o povo tem que se manifestar de maneira pública, ostensiva e transparente, com o voto nominal. É o que dispõem o Regimento Interno e a Lei nº 1.079. Na Constituição não há qualquer disposição em contrário.

Vou defender publicamente a votação aberta, ostensiva, mas acho que esta questão envolve um problema político, não apenas regimental. Como a CPI trabalhou segundo o ritual legal e jurídico, é importante que trabalhem na apreciação do **impeachment** obedecendo rigorosamente à Constituição, às leis e ao Regimento Interno.

O Presidente não pode vir a público dizer que se está usando casuísmos. S. Ex^a não pode ter condições legais e morais para denunciar casuísmos nesta Casa. A CPI não agiu de maneira casuística. Vamos apreciar o **impeachment** tomando como exemplo o trabalho da CPI, ou seja, de maneira transparente e seguindo todos os procedimentos legais. Entendo ser esse o caminho do amadurecimento político e democrático deste País.

Sr. Presidente, espero que, a partir de hoje, com a entrada nesta Casa do pedido de **impeachment** — e saúdo as duas entidades e os dois presidentes, Dr. Marcello Lavenère e o grande jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que, representando a sociedade civil, trazem aqui a voz do povo brasileiro — possamos deflagrar, seguindo democraticamente todos os procedimentos previstos nesse processo democrático dentro do Congresso Nacional.

Vamos, pelo voto, sem a interferência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Orçamento e de maracutaias, tirar o Presidente da República do Palácio do Planalto. Está provado que aquele que se elege não está acima das leis e da Constituição; se cometer crimes contra a lei ou a Constituição, aqueles que o elegeram podem lhe tirar o mandato.

Esta é uma possibilidade histórica que o Brasil está vivendo e é com este otimismo que encerro o meu pronunciamento.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS — RS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, domingo à noite o Sr. Presidente da República, mais uma vez, requisitou rede nacional de rádio e televisão para se dirigir à Nação. A inconsistência, a contradição e a agressividade novamente caracterizaram o seu pronunciamento, semelhante a outros que fez recentemente, quando suas palavras, ao contrário de convencerem alguém,

tiveram o condão, em um verdadeiro efeito bumerangue, de demonstrar a fragilidade e o comprometimento do Chefe de Estado e do Governo brasileiro com a crise moral que preocupa e envergonha todos nós.

Perde assim S. Ex^a a última e poderosa arma que, como poucos, sabia usar e graças à qual chegou ao mais alto cargo da República: o poder de comunicação. E a perdeu exatamente porque não foi sincero com a Nação, faltou com a verdade perante os brasileiros. A fala presidencial não transmitiu a segurança, a humildade e o equilíbrio que devem nortear um estadista em momentos de crise. O Sr. Presidente se mostrou autoritário, agressivo, contraditório e incoerente. Tome-se como exemplo as farpas, as críticas, as agressões que enredou a esta Casa.

Encontrava-me no gabinete do Deputado Ibsen Pinheiro, na quinta-feira, às 11h30min, quando ali aportou o Ministro da Justiça, Dr. Célio Borja, que, segundo entrevista que concedeu após a referida audiência, o que foi confirmado em manifestação do Presidente da Câmara dos Deputados, viera a esta Casa solicitar informações sobre o encaminhamento do processo de **impeachment** e pedir a celeridade na sua tramitação, porque o Governo estava preocupado com a possibilidade de a morosidade trazer reflexos danosos para a área política e principalmente a econômica.

Pois bem. O Sr. Presidente da República centrou suas críticas ao Congresso Nacional exatamente na pressa que se pretende imprimir ao processo de **impeachment**, contrastando, segundo suas palavras, com o longo tempo que alguns projetos aguardam decisão neste Parlamento, como é o caso da privatização dos portos, da proposta de revisão constitucional — o “Emendão” — e de outros que tramitam nesta Casa.

Por isso, pela falta de sinceridade e de postura séria, pelas críticas vazias, pela inconsistência dos seus argumentos, o Presidente da República perdeu não apenas a admiração, mas também o respeito de todos nós. Vejam, e quero chamar atenção mais uma vez para este detalhe, o distanciamento, o divórcio que existe entre o Presidente e esta Casa, entre o Presidente e a sociedade e agora mais recentemente entre o Presidente e o Ministério. Não há mais Governo. Estamos no completo caos administrativo neste País. Este caso, por exemplo, de vir o Ministro da Justiça num dia pedir para se apressar o processo de **impeachment** e no outro dia o Presidente ir para a televisão reclamar contra a celeridade do mesmo processo está a demonstrar que não temos mais Governo. Existe uma completa separação entre o Ministério e o Presidente da República. E é por isso que temos que tomar a decisão de votar a favor do **impeachment**, como acabou de dizer o Deputado José Genoíno, através de um processo transparente, como é o do voto aberto, porque a sociedade, o eleitor, tem o direito de saber o comportamento do seu representante nesta Casa.

Era apenas isto que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, hoje o jornal *O Globo* publica o cálculo das despesas previstas no Orçamento da União. Diz o jornal: “Despesas previstas para 1993 em percentagem do PIB”. E menciona: “O serviço da dívida teve uma previsão de 17,85 nas despesas de 1992 e em 1993 esse serviço da dívida aumentou para 40,4”.

Começo a entender por que o nosso País não consegue entrar nos trilhos, não consegue estabilizar-se. É inacreditável, mas para 1993, neste mesmo Orçamento, está previsto para